

Alerta Legislação nº 38, de 16 a 21 set. 2019

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as [Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#) (Código Civil), [6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), [11.598, de 3 de dezembro de 2007](#), [12.682, de 9 de julho de 2012](#), [6.015, de 31 de dezembro de 1973](#), [10.522, de 19 de julho de 2002](#), [8.934, de 18 de novembro 1994](#), o [Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946](#) e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#); revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a [Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008](#), e dispositivos do [Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966](#); e dá outras providências.

LEI Nº 13.872, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

LEI Nº 13.871, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Altera a [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados.

LEI Nº 13.870, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Altera a [Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#), para determinar que, em área rural, para fins de posse de arma de fogo, considera-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel.

DECRETO Nº 10.022, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Altera o [Decreto nº 9.985, de 23 de agosto de 2019](#), para ampliar o prazo do emprego das Forças Armadas na Amazônia Legal.

Governo do Estado de São Paulo

LEI Nº 17.158, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

(Projeto de lei nº 511, de 2017, do Deputado Enio Tatto – PT)

Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno

do Espectro Autista – TEA, e dá outras providências

LEI Nº 17.157, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

(Projeto de lei nº 226, de 2017, da Deputada Leci Brandão – PCdoB)

Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação por motivo religioso.

FAZENDA E PLANEJAMENTO

INSTRUÇÃO CRHE 03, DE 16-09-2019 (REPUBLICADO)

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais, subsetoriais e de pessoal das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias do Estado, quando decisão judicial impuser medida cautelar de suspensão do exercício da função pública (art. 319, inc. VI do Código de Processo Penal) ou afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função com ou sem prejuízo da remuneração (art. 20, § único da [Lei Federal 8.429/92](#))

LEGISLAÇÃO FEDERAL

**PUBLICAÇÃO
DOU**

SUPERIOR

**20/09/2019 (Ed.
extra)**

LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as [Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#) (Código Civil), [6.404, de 15 de dezembro de 1976](#) (1), [11.598, de 3 de dezembro de 2007](#) (2), [12.682, de 9 de julho de 2012](#) (3), [6.015, de 31 de dezembro de 1973](#) (4), [10.522, de 19 de julho de 2002](#) (5), [8.934, de 18 de novembro 1994](#) (6), o [Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946](#) (7) e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#) (8); revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a [Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008](#) (9), e dispositivos do [Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966](#) (10); e dá outras providências.

(1) Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

(2) Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM(...)

(3) Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

(4) Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

(5) Autoriza o Poder Executivo a contratar em nome da União operação de crédito interno e a conceder garantia da União a entidades da administração federal indireta, bem como a Estados (...)

(7) Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

(8) Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

(9) Cria o Fundo Soberano do Brasil - FSB, dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações e dá outras providências.

(10) Altera disposições da Lei nº 3.607, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

DECRETO Nº 10.022, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Altera o [Decreto nº 9.985, de 23 de agosto de 2019](#), para ampliar o prazo do emprego das Forças Armadas na Amazônia Legal.

18/09/2019

RETIFICAÇÃO

LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019

(Publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2019, Seção 1, Edição Extra A).

LEI Nº 13.873, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Altera a [Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016](#) (*), para incluir o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestação cultural nacional, elevar essas atividades à condição de bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro e dispor sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal.

() Reconhece o rodeio, a vaquejada e o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestações culturais nacionais; eleva essas atividades à condição de bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro; e dispõe sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal. (Redação dada pela Lei nº 13.873, de 2019)*

LEI Nº 13.872, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

LEI Nº 13.871, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Altera a [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados.

LEI Nº 13.870, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Altera a [Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#), para determinar que, em área rural, para fins de posse de arma de fogo, considere-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel.

DECRETO Nº 10.021, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Altera o [Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019](#), que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Relações Exteriores, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

DECRETO Nº 10.020, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima - CEEXT.

DECRETO Nº 10.019, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Altera o [Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983](#), que aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200).

DECRETO Nº 10.018, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a execução da Decisão CMC nº 04/18, de 12 de dezembro de 2018, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que altera o Regulamento do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul.

DECRETO Nº 10.017, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Altera o [Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004](#), que fixa a

	lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior. <u>DECRETO Nº 10.016, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019</u> Dispõe sobre Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Estabelecer as Normas para a Produção e a Comercialização de Sementes e Mudanças de Espécies Olerícolas, Condimentares, Medicinais e Aromáticas e os seus padrões de sementes, com validade em todo o território nacional, visando à garantia de sua qualidade e identidade, na forma desta Instrução Normativa e de seus Anexos. (...) <u>PORTARIA Nº 189, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019</u> Dispõe sobre a estrutura e as competências das Unidades Gestoras Estaduais - UGEs, responsáveis pela execução e gerenciamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário nos Estados. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Estabelecer o Padrão de Identidade e Qualidade da Kombucha em todo o território nacional, na forma desta Instrução Normativa e do seu Anexo. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019</u> (...) Art. 1º O Anexo da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007, passa a vigorar com a seguinte redação: (...) SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA → Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas →→ Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins <u>ATO Nº 61, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019</u> (...) 1. Autorizar o uso de produtos já registrados no Brasil à base do ingrediente ativo azadiractina, na concentração de 12,0 g/L, para o tratamento de mudas de cana-de-açúcar (<i>Saccharum L.</i>) com a finalidade de controle de Thrips palmi, exclusivamente para exportação à Comunidade Europeia, com o objetivo de cumprir os requisitos fitossanitários estabelecidos pela Diretiva 2000/29/CE, conforme o processo nº 21052.019204/2019-05. (...)

Ministério da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.742, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019</u> Dispõe sobre os critérios de elegibilidade e a abertura de prazo para adesão ao Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 32, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019</u> Dispõe sobre a instituição de Grupo de Trabalho para o Aprimoramento do Programa Primeira Infância no SUAS.
Ministério do Desenvolvimento Regional	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 28 DE AGOSTO DE 2019</u> (...) Art. 1º Esta Resolução tem por objeto disciplinar as normas para estabelecer critérios de Seleção, Locação, Perfuração e Instalação de Poços Públicos Profundos pelo DNOCS através de execução direta, de celebração de Contratos com terceiros, além da celebração de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Cooperação com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos públicos da União. (...)
Ministério da Economia	SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS <u>PORTARIA Nº 2.024, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019</u> Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-tarifários. <u>PORTARIA Nº 1.683, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019</u> Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução no 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL. SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE <u>PORTARIA Nº 2.169, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019</u> Aprova o Plano de Ação e o Orçamento-Programa de 2019 da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.624, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019</u> Estabelece procedimentos para o tratamento de demandas oriundas de órgãos de controle, órgãos de defesa do Estado, órgãos de defesa do consumidor, órgãos do Poder Judiciário e órgãos essenciais à função jurisdicional do Estado no âmbito do Ministério da Educação. FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES <u>PORTARIA Nº 220, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019</u> Integra as Instituições Públicas de Ensino Superior ao Sistema

	Universidade Aberta do Brasil (UAB) e dá outras providências.
Ministério da Infraestrutura	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC <u>RESOLUÇÃO Nº 529, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019</u> Aprova a Emenda nº 06 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 154.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019</u> Propõe como Diretriz de Política Penitenciária o fortalecimento da participação da sociedade civil na Execução Penal através do Método APAC.
Ministério do Meio Ambiente	CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO <u>RESOLUÇÃO Nº 22, DE 7 DE AGOSTO DE 2019</u> Altera a Resolução CGen nº 09, de 20 de março de 2018, para estabelecer a forma alternativa de identificar o patrimônio genético ou o conhecimento tradicional associado. <u>RESOLUÇÃO Nº 21, DE 7 DE AGOSTO DE 2019</u> Estabelece forma de cumprimento da exigência de apresentação de Relatório de Atividades, e dá outras providências. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE <u>PORTARIA Nº 487, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019</u> Aprova o Plano de Monitoramento e Controle de Javalis (<i>Sus scrofa</i>) nas Florestas Nacionais de Ipanema e de Capão Bonito, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução e formas de implementação, supervisão e revisão.
Ministério de Minas e Energia	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL <u>RESOLUÇÃO A Nº 801, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019</u> Altera a Resolução ANP nº 25, de 7 de junho de 2016, que estabelece os requisitos e procedimentos a serem utilizados nas análises de solicitação de concessão, extensão, redução e processo de manutenção, suspensão ou cancelamento da acreditação de organismos de certificação de conteúdo local de bens e serviços pelo organismo de acreditação da ANP.
Ministério das Relações Exteriores	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES → Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania → Departamento de Segurança e Justiça → Divisão de Atos Internacionais <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO DA</u>

	<u>CAPACIDADE OPERATIVA DA POLÍCIA BOLIVIANA E DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO COMBATE AOS CRIMES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS"</u> <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE OPERATIVA DA POLÍCIA BOLIVIANA E DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA LUTA CONTRA OS CRIMES TRANSNACIONAIS NAS RODOVIAS "</u> <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOV E R N O DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE OPERATIVA DA POLÍCIA BOLIVIANA E DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA LUTA CONTRA O NARCOTRÁFICO EM RODOVIAS E DELITOS CONEXOS DE IMPACTO TRANSFRONTEIRIÇO"</u>
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.467, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019</u> Altera o Anexo XCIII à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - Proadi - SUS. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>PORTARIA Nº 1.520, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019</u> Dispõe sobre o modelo de atuação regulatória da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a harmonização e internalização de temas desenvolvidos no âmbito do Conselho Internacional para Harmonização de Requerimentos Técnicos para Produtos Farmacêuticos de Uso Humano (ICH). → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO-RDC Nº 304, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019</u> Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos. → Quarta Diretoria → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.613, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.579, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO. (...) SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 14, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019</u>

	Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Hidradenite Supurativa. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 13, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas das Uveítes não Infecciosas. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 12, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Fenilcetonúria. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 11, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Colangite Biliar Primária.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
20/09/2019	<u>LEI Nº 17.158, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019</u> (Projeto de lei nº 511, de 2017, do Deputado Enio Tatto – PT) Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA, e dá outras providências <u>LEI Nº 17.157, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019</u> (Projeto de lei nº 226, de 2017, da Deputada Leci Brandão – PCdoB) Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação por motivo religioso.
19/09/2019	<u>DECRETO Nº 64.481, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019</u> Dispõe sobre a outorga do Prêmio João Pedro Cardoso
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP 081, DE 16-09-2019</u> Fixa procedimentos, no âmbito do Poder Executivo, para adequar a programação orçamentária e financeira ao prescrito pelo Artigo 30 do <u>Decreto 64.078, de 21-01-2019</u>, que estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2019 <u>RESOLUÇÃO SFP/APTE 574, DE 19-08-2019</u> Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no <u>Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03</u> e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03 <u>RESOLUÇÃO SFP/APTE 575, DE 19-08-2019</u> O Secretário da Fazenda e Planejamento aprova os índices e

	observações do Comunicado 699 da Assessoria de Política Tributária e Econômica de 19-08-2019, que fazem parte integrante desta Resolução. SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) ↳ Diretoria de Benefícios - Servidores Públicos Cíveis <u>COMUNICADO</u> O Diretor de Benefícios - Servidores Públicos Cíveis expede o presente despacho, informando os beneficiários de pensão civil concedidos e incluídos no período de Julho e Agosto de 2019. SUBSECRETARIA DE GESTÃO ↳ Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado <u>INSTRUÇÃO CRHE 03, DE 16-09-2019 (REPUBLICADO)</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais, subsetoriais e de pessoal das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias do Estado, quando decisão judicial impuser medida cautelar de suspensão do exercício da função pública (art. 319, inc. VI do Código de Processo Penal) ou afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função com ou sem prejuízo da remuneração (art. 20, § único da Lei Federal 8.429/92)
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS 89, DE 20-9-2019</u> Institui o Grupo de Trabalho para a elaboração do Protocolo de Diagnóstico, Seguimento e Tratamento de Pessoas com Atrofia Muscular Espinhal para Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SS 86, DE 16-9-2019</u> Homologa o Plano de Classificação, o Índice Remissivo e Permutado e a Tabela-Fim da Secretaria de Estado da Saúde (PCTTD-FIM) e dá providências correlatas
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA ↳ Gabinete do Reitor (GR) <u>RESOLUÇÃO 7819, DE 19-09-2019</u> Altera dispositivos da Resolução 7792, de 27-08-2019, que dispõe sobre a contratação emergencial, por tempo determinado, de Médicos e demais Profissionais de saúde para o Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU-USP)
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
21/09/2019	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 683, DE 2016</u> Mensagem A-nº 093/2019 do Senhor Governador do Estado (...) De iniciativa parlamentar, a propositura objetiva obrigar as empresas de ônibus de transporte intermunicipal do Estado a fixar placas contendo informação a respeito dos direitos do usuário em

	caso de transbordo de passageiro. (...) DOE, Legislativo, 21/09/2019, p. 7 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1073, DE 2019</u> Garante aos consumidores o acesso a todas as informações referentes ao uso de agrotóxicos no processo de produção dos alimentos comercializados no Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 21/09/2019, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 1072, DE 2019</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade com o Meio Ambiente nas pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública do Estado de São Paulo, em todas esferas de Poder Público Estadual, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 21/09/2019, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 1071, DE 2019</u> Dispõe sobre a instalação de um restaurante do Programa Bom Prato, na área de saúde da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp no município de Campinas. DOE, Legislativo, 21/09/2019, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 1070, DE 2019</u> Dispõe sobre a instalação de um restaurante do Programa Bom Prato, no Distrito do Campo Grande, no município de Campinas DOE, Legislativo, 21/09/2019, p. 7
20/09/2019	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1067, DE 2019</u> Classifica como de Interesse Turístico o Município de Lorena. DOE, Legislativo, 20/09/2019, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 1065, DE 2019</u> Dispõe sobre a implantação de técnicas da "Justiça Restaurativa" para a solução de conflitos no ambiente escolar da Rede Estadual de Ensino de São Paulo. DOE, Legislativo, 20/09/2019, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 1063, DE 2019</u> Assegura aos estudantes e professores direito ao pagamento de meia-entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer, nas condições que especifica. DOE, Legislativo, 20/09/2019, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 1062, DE 2019</u> Assegura aos estudantes e aos professores o pagamento da metade do valor das passagens nos ônibus intermunicipais, nas condições que especifica. DOE, Legislativo, 20/09/2019, p. 5

19/09/2019	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1061, DE 2019</u> Altera a Lei nº 15.911, de 29 de setembro de 2015, que institui a "via rápida" para o procedimento de leilão de veículos retidos, removidos e apreendidos pelos Órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários que compõem o sistema nacional de Trânsito no âmbito do Estado DOE, Legislativo, 19/09/2019, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1059, DE 2019</u> Dispõe sobre campanha publicitária permanente de orientação para os motociclistas no âmbito do Estado de São Paulo, e fixa outras providências DOE, Legislativo, 19/09/2019, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1058, DE 2019</u> Classifica Viradouro como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 19/09/2019, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1056, DE 2019</u> Institui diretrizes para a prestação de auxílio, proteção e assistência aos agentes de segurança pública vítimas de violência, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 19/09/2019, p. 10
18/09/2019	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1053, DE 2019</u> Altera dispositivos da Lei nº 1.093, de 22 de setembro de 1976, para incluir a venda de laticínios e derivados de produtos hortifrutigranjeiros, plantas ornamentais e frutíferas e de caldo de cana nos postos ou estabelecimentos nas faixas de estradas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e em terrenos contíguos. DOE, Legislativo, 18/09/2019, p. 13
17/09/2019	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1052, DE 2019</u> Estabelece a obrigatoriedade da realização de teste de Hepatite "C", em conjunto com o exame de Hemograma, para detecção prévia das doenças que especifica. DOE, Legislativo, 17/09/2019, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 1051, DE 2019</u> Institui diretrizes para a prestação de auxílio, proteção e assistência a policiais vítimas de violência, na forma que especifica. DOE, Legislativo, 17/09/2019, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 1049, DE 2019</u> Torna obrigatória a destinação de percentual da receita bruta arrecadada proveniente de multas por infração do regulamento de trânsito para a Secretaria de Educação no âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 17/09/2019, p. 10 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)

	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 028/2019</u> Informações sobre Resíduos Sólidos O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO solicita, com fundamento no artigo 25 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 1993, a todas as prefeituras municipais jurisdicionadas, o preenchimento de questionário sobre a situação de resíduos sólidos no município. O questionário deverá ser preenchido com absoluta fidedignidade, sujeitando-se o responsável às cominações legais em caso de desatendimento ou de informações inexatas. O formulário ficará disponível no endereço http://www.tce.sp.gov.br/questionario-residuos a partir de 23/09/2019 e deverá ser informado até o dia 11/10/2019. SDG, em 16 de setembro de 2019. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 17/09/2019, p. 64 <u>COMUNICADO SDG Nº 029/2019</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO solicita, com fundamento no artigo 25, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 1993, a todos os órgãos da administração direta ou indireta do Estado e dos Municípios, a atualização dos dados sobre Obras Paralisadas e/ou Atrasadas, objeto do Comunicado SDG 03/2019, de 10 de janeiro de 2019. É obrigatória também a complementação do cadastro com o endereço das obras informadas. Todos os dados deverão ser fornecidos com absoluta fidedignidade, sujeitando-se o responsável às cominações legais cabíveis em caso de desatendimento ou de informações inexatas. As informações devem ser prestadas por meio do sistema "Cadastro de Obras", disponível no Portal de Sistemas do TCESP. Maiores detalhes sobre como acessar o sistema ou sobre como atualizar os dados podem ser obtidos no site www.tce.sp.gov.br/obras. As informações deverão ser prestadas até o dia 30 de setembro de 2019, para publicação no site deste Tribunal no início de outubro próximo. Informações prestadas após essa data só constarão da atualização no Painel de Obras Paralisadas e/ou Atrasadas em dezembro de 2019. SDG, em 16 de setembro de 2019. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 17/09/2019, p. 64
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
21/09/2019	<u>DECRETO Nº 58.960, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019</u> Regulamenta o artigo 3º da Lei nº 17.092, de 23 de maio de 2019, que autoriza a compensação de créditos tributários detidos pelo Município de São Paulo em face de empresas estatais municipais, cujo controle societário lhe pertença, com débitos de qualquer natureza, inclusive os decorrentes de ações subscritas e não

	integralizadas em dinheiro pelo Município. <u>DECRETO Nº 58.956, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019</u> Introduz alterações nos Decretos nº 37.292, de 27 de janeiro de 1998, que autoriza o Executivo a outorgar, mediante licitação, concessão para exploração de estacionamento em vias e logradouros públicos, e no Decreto nº 58.605, de 17 de janeiro de 2019, que regulamenta o sistema de estacionamento rotativo pago no Município de São Paulo <u>DECRETO Nº 58.955, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019</u> Dispõe sobre o procedimento APROVA RÁPIDO; revoga parcialmente o Decreto nº 58.028, de 11 de dezembro de 2017. (...) Art. 1º Fica disciplinado por este decreto o procedimento APROVA RÁPIDO, instituído pelo Decreto nº 58.028, de 11 de dezembro de 2017, na Secretaria Municipal de Licenciamento – SEL, que visa conferir agilidade à análise de pedidos de Alvarás de Aprovação e Alvarás de Aprovação e Execução de edificações novas de competência daquela Secretaria protocolados a partir de 12 de março de 2018. (...)
20/09/2019	<u>DECRETO Nº 58.954, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019</u> Dispõe sobre a reorganização do Gabinete do Prefeito, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica, bem como introduz alterações nos Decretos nº 48.743, de 20 de setembro de 2007, nº 58.261, de 5 de junho de 2018, e nº 58.649, de 1º de março de 2019.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107